

# COMPULSÃO À REPETIÇÃO: UM RETORNO ÀS ORIGENS DA METAPSICOLOGIA FREUDIANA

---

Fátima Caropreso e Richard Theisen Simanke

Fátima Caropreso  
Doutoranda do  
PPG em Filosofia  
da Universidade  
Federal de São  
Carlos (UFSCar).

Richard Theisen  
Simanke  
Professor do  
Departamento  
de Filosofia e  
Metodologia das  
Ciências e do PPG  
em Filosofia da  
UFSCar.

**RESUMO:** Este trabalho propõe-se a mostrar como o conceito de compulsão à repetição, introduzido formalmente na teoria psicanalítica por Freud em *Além do princípio do prazer* (1920), encontra-se já presente, numa formulação muito próxima, no *Projeto de uma psicologia*, de 1895, e que seu sentido depende do quadro conceitual que começa a tomar forma nesse momento. Pretende-se, assim, contribuir para a discussão mais geral em torno do problema da gênese das concepções fundamentais da metapsicologia freudiana e exemplificar como o *tourant* do início dos anos 1920 pode ser melhor compreendido como um retorno a certos aspectos do pensamento inicial de Freud.

**Palavras-chave:** Freud, metapsicologia, compulsão à repetição, processo primário, princípio do prazer.

**ABSTRACT:** Repetition compulsion: a return to the origins of Freudian metapsychology. This paper purposes to show that the concept of repetition compulsion, formally introduced in the psychoanalytical theory in Freud's *Beyond the pleasure's principle* (1920), is already present, in a formulation much alike, in the *Project for a psychology* of 1895 and that its meaning depends on the conceptual framework that first takes shape at this time. It thus intends to contribute in the more general discussion about the origins of the fundamental concepts of Freudian metapsychology and exemplify how the *tourant* in the beginnings of the twenties may be best understood as a return to certain aspects of Freud's early thought.

**Keywords:** Freud, metapsychology, repetition compulsion, primary processes, pleasure principle.

## INTRODUÇÃO

Muito já se disse sobre o modo como as teses metapsicológicas mais importantes encontram-se prefiguradas no manuscrito do *Projeto de uma psicologia* (1895), mas nem sempre o estatuto dessa persistência é plenamente explicitado, como tampouco o grau de literalidade com que Freud adere a algumas de suas concepções iniciais, mesmo nos momentos de grande inovação e de suposta ruptura nas teorizações subseqüentes. Este trabalho propõe-se a dar uma contribuição bastante específica a essa discussão, restrita ao tema da *compulsão à repetição*, com o intuito de colaborar para o problema mais amplo da gênese das concepções metapsicológicas fundamentais. Contudo, algumas observações sobre o movimento geral da obra freudiana que conduz, no início dos anos 1920, a uma retomada de algumas teses iniciais serão apresentadas no final, a título de conclusão e como sugestão de linhas de reflexão a serem exploradas em trabalhos subseqüentes.

No *Projeto de uma psicologia*, Freud estabelece como princípio fundamental e originário da atividade nervosa o “princípio de inércia”, segundo o qual a tendência originária do aparelho neuronal seria libertar-se de toda e qualquer quantidade de excitação. Não se trata aqui de afirmar, como às vezes se faz, que o princípio de inércia do *Projeto* é simplesmente uma prefiguração do conceito de pulsão de morte introduzido em *Além do princípio do prazer* (1920). Os dois conceitos são formulados a partir de considerações totalmente diversas: o princípio de inércia, no contexto de uma descrição estritamente mecânica do organismo e das funções neurais e psíquicas; a pulsão de morte, no âmbito de uma especulação biológica que procura inscrever a tendência a uma anulação absoluta de qualquer estado de tensão na própria lógica da vida.

O princípio de inércia, contudo, seria violado desde o início, devido à sua incapacidade de promover a descarga eficiente da estimulação endógena; esta imporia uma substituição da tendência primária para a inércia pela tendência a manter a quantidade neuronal constante, no nível mínimo indispensável. A tendência à constância não se oporia ao princípio da inércia, mas atuaria em seu favor, permitindo que a quantidade endógena fosse eliminada e as necessidades orgânicas satisfeitas. As sensações de prazer e desprazer corresponderiam, respectivamente, à diminuição e ao aumento do nível de excitação no aparelho. Freud sugere, mas não chega a estabelecer de modo conclusivo, uma identificação entre a tendência primária à inércia e a tendência da vida psíquica para “evitar o desprazer”.

Apenas no capítulo 7 de *A interpretação dos sonhos* (1900), Freud introduz a hipótese de um “princípio do desprazer”, depois rebatizado como “princípio do prazer”. Segundo o que ele aí propõe, o sistema inconsciente seria regido exclusivamente pelo princípio do desprazer, enquanto que o pré-consciente seria re-

gido pelo que ele depois chamaria de “princípio de realidade” (FREUD, 1911/1982). Essas hipóteses sobre a relação entre o sistema inconsciente e o princípio do desprazer, por um lado, e entre o pré-consciente e o princípio de realidade, por outro, são mantidas nos artigos metapsicológicos de 1915. Mas, em *Além do princípio do prazer*, Freud introduz a tese de que o funcionamento psíquico regido pelo princípio do prazer não seria originário, devendo haver um outro, anterior, regido pela “compulsão à repetição”; essa seria a idéia central desse texto, como o próprio título o indica, consistindo na principal novidade por ele trazida à teoria psicanalítica. Procura-se argumentar aqui que esse funcionamento psíquico “além do princípio do prazer” só representa uma novidade com relação à teoria do aparelho psíquico de *A interpretação dos sonhos* e que a idéia de uma atividade psíquica originária regida pela compulsão à repetição já estava presente no *Projeto*. Tendo este texto em vista, podemos perceber que, em 1920, Freud resgata esta e outras hipóteses antigas, que haviam sido deixadas temporariamente de lado na primeira tópica, por razões que terão que ser discutidas adiante.

### **PROCESSO PRIMÁRIO, DOR E DESPRAZER**

#### **NO PROJETO DE UMA PSICOLOGIA**

A modificação do princípio de inércia originário deve-se então, de acordo com as teses do *Projeto*, ao fato de que, para fazer cessarem os estímulos endógenos, seria necessária uma “ação específica” (busca de alimento, no caso da fome, por exemplo), cuja execução teria como condição a retenção de certo montante de quantidade constante no aparelho. As sensações conscientes de prazer e desprazer corresponderiam às variações das intensidades de excitação no aparelho, ou seja, de seu estado de tensão interna. O aumento da excitação acima de certo nível produziria desprazer, e a sua diminuição abaixo de certo nível produziria as sensações de prazer; entre ambos, haveria um nível intermediário, que possibilitaria o surgimento das qualidades sensoriais. Em vista disso, Freud sugere: “Como nos é certamente conhecida uma tendência da vida psíquica para evitar desprazer, estamos tentados a identificá-la com a tendência primária para a inércia” (FREUD, 1895/1987, p.404, grifos do autor).

Os conceitos de “processo primário” e de “processo secundário” recebem também sua primeira formulação no *Projeto*. O processo primário consistiria em um tipo de funcionamento guiado exclusivamente pelo princípio de inércia, isto é, anterior ao surgimento da tendência à constância. Seria um processo no qual toda a excitação seguiria, sem sofrer nenhum tipo de inibição ou direcionamento, pela via mais bem facilitada. O conceito de facilitação (*Bahnung*) designa, no *Projeto*, o fato de que a resistência de condução nas conexões entre os neurônios (barreiras de contato) diminui em função do fluxo de quantidade que a atravessa. É, pois, um fator puramente mecânico de determinação do curso dos processos

nervosos (que tendem a seguir a via de menor resistência), como é exigido pela própria noção de princípio de inércia. Esse funcionamento primário poderia perfeitamente conduzir à reativação de representações que, mesmo em sua origem, produziram desprazer, o que ocorreria sobretudo nos processos derivados da vivência de dor.

A dor consistiria na irrupção de grandes quantidades na direção do sistema psi — a parte do aparelho responsável pela memória — como conseqüência da ruptura dos dispositivos de proteção do sistema contra quantidades exógenas (segundo Freud, as próprias terminações sensoriais). A dor produziria, em primeiro lugar, um grande aumento no nível da excitação em psi, sentido como desprazer; em segundo, uma inclinação para a eliminação dessa excitação e, em terceiro, uma facilitação entre esses caminhos de eliminação e a representação do objeto que provocou a dor (o “objeto hostil”). Uma vez ocorrida essa vivência de dor, novas ocupações (*Besetzungen*) da representação do objeto hostil produziram “afeto” (quantidade oriunda de descargas somáticas, desencadeadas pelo que Freud denomina “neurônios-chave”) e uma nova inclinação para a eliminação, ou seja, quando a representação do objeto hostil fosse ocupada novamente, a partir da percepção ou pelo decurso dos processos associativos, haveria uma liberação de quantidade no aparelho, a qual geraria desprazer e um esforço para a desocupação da representação do objeto hostil.

Assim como a vivência de satisfação teria como conseqüência psíquica o surgimento dos “estados de desejo”, que a princípio conduziriam à alucinação e a uma descarga motora ineficaz, a vivência de dor teria como conseqüência o surgimento do afeto, cujo protótipo são os estados de angústia. Esse tipo de funcionamento no qual toda a excitação segue automaticamente pela via mais bem facilitada é o que Freud chama no *Projeto* de “processo primário” (FREUD, 1895/1987, p.422). O processo secundário surgiria a partir da inibição e do direcionamento do processo primário pelo “eu”. Com as repetições das alucinações primárias de desejo e a conseqüente frustração e desamparo, o eu aprenderia a não mais ocupar tão intensamente a representação do objeto de desejo e as representações de movimento a ela associadas (ou seja, a não executar a ação ineficaz, como a sucção do vazio, por exemplo, no caso paradigmático da fome do recém-nascido).

Como conseqüência, um certo nível de quantidade seria retido no núcleo do sistema psi (ao qual corresponde, funcionalmente, o núcleo do eu), isto é, parte da excitação poderia permanecer, a partir daí, em *estado ligado*. Freud argumenta que a quantidade retida no eu poderia ser empregada em “ocupações laterais” que modificassem o curso dos processos associativos e impedissem a ocorrência daqueles que resultaram em desprazer. A partir de então, a alucinação de desejo, a ocupação da representação hostil e a defesa automática excessiva poderiam ser inibidas.

A inibição da alucinação de desejo e da descarga motora seria condicionada diretamente pelo desprazer: Freud postula uma lei biológica — ou seja, uma tendência fixada filogeneticamente, à qual denomina “defesa primária” — segundo a qual, caminhos que conduzem ao desprazer deixam de ser percorridos. Haveria, assim, nesse caso, uma inibição inicial, determinada por essa tendência biológica, que seria depois assumida pelo eu, a partir do momento em que essa instância se constituísse e permitisse a ocorrência dos processos secundários. Já a inibição da ocupação intensa da representação do objeto hostil seria um processo gradual, que pressuporia o estabelecimento da excitação em estado ligado. A razão dessa diferença não é muito explícita no texto e sua discussão envolve uma série de pressupostos teóricos do *Projeto*, que apenas podemos esboçar aqui. Eis o problema, tal qual Freud o formula:

“Poder-se-ia perguntar por que essa defesa de pensamento não se dirigiu contra a recordação ainda capaz de afeto. Só que aí, podemos supor, a segunda regra biológica ergueu-se contra ela, a qual exigiria atenção onde se apresentasse um signo de realidade e a recordação indomada fosse ainda capaz de forçar signos de qualidade reais.”  
(FREUD, 1895/1987, p.472)

O que essa passagem propõe é que uma segunda lei biológica — a da atenção — se teria sobreposto à primeira. A lei biológica da atenção aqui referida por Freud enuncia que o eu tem uma tendência inata a ocupar percepções; em outras palavras, a direcionar uma parte do fluxo da quantidade para os circuitos neuronais onde ocorrem os processos que têm origem na recepção de estímulos externos. As primeiras reparações da representação hostil seriam alucinatórias e, portanto, produziriam “signos de qualidade reais”. Diante de tais signos, a regra da atenção falaria mais alto que a da defesa. Essa explicação de Freud não parece resolver o problema, pois as primeiras repetições da representação de desejo seriam também alucinatórias. Talvez a diferença decorresse do fato de as facilitações estabelecidas pela vivência de dor serem bem maiores que as decorrentes da vivência de satisfação, devido à intensidade das quantidades envolvidas. Além disso, o desprazer acompanha inevitavelmente a alucinação de desejo, incapaz de suprimir o fluxo contínuo da quantidade oriunda da necessidade orgânica, de modo que, de acordo com a primeira lei, esse caminho é abandonado e a alucinação cessa; ao contrário, a defesa reflexa é, em princípio, eficiente na eliminação do desprazer e na inibição da descarga afetiva, de modo que sua inibição não pode ser automaticamente desencadeada pela primeira lei biológica. Seja como for, o domínio, por parte do eu, dos processos primários que resultam da vivência de dor surge como mais problemático que o domínio daqueles que resultam da vivência de satisfação, o que faz com que Freud retome essa questão na tercei-

ra parte do *Projeto*. Ele observa aí que o pensamento, entre outras coisas, pode conduzir ao desprazer, devido à ocupação de representações que pertenceram à vivência de dor, donde resulta que:

“Caso se acompanhe o destino de tais percepções enquanto imagens de recordação, nota-se assim que as primeiras repetições sempre despertam ainda tanto afeto como também desprazer, até que, com o tempo, tal capacidade se perde. Simultaneamente efetua-se com elas uma outra modificação. Elas retinham inicialmente o caráter de qualidades sensoriais; quando elas não mais são capazes de afeto, perdem também isto e tornam-se semelhantes a outras imagens de recordação.” (FREUD, 1895/1987, p.470, grifos nossos)

Trata-se, nesse caso, de “recordações ainda indomadas”, segundo a expressão freudiana, ou seja, recordações ainda não submetidas à regulação por parte do eu. Mas, então, pergunta-se Freud, o que acontece com essas recordações capazes de afeto até que elas sejam “domadas”? A resposta é que o eu precisa antes obter poder sobre elas, isto é, essas representações precisam ser submetidas a uma *Bindung* (ligação), precisam ser integradas nos circuitos neuronais que constituem o eu. Como elas se originaram de vivências de dor, essa ligação seria mais trabalhosa para o eu do que a ligação das demais representações:

“Como traços de vivências de dor, elas (conforme nossa suposição sobre a dor) foram ocupadas a partir de Q ‘phi’ muito grandes e adquiriram uma facilitação muito intensa para liberação de desprazer e de afeto. É preciso uma ligação repetida e particularmente grande a partir do eu, até que essa facilitação para o desprazer seja contrabalançada.” (FREUD, 1895/1987, p.471, grifos nossos)

Isso significa, então, que o eu a princípio não teria condições de impedir a ocupação de tais representações ou mesmo de inibi-las em parte: apenas gradualmente adquiriria poder sobre elas, por meio de repetidas tentativas de ligá-las. Antes que isso acontecesse, não seria possível impedir sua recordação, nem a liberação de desprazer resultante; depois, a ocupação destas representações se limitaria a um mínimo que permitisse apenas sinalizar ao curso do processo associativo que aquele caminho conduz ao desprazer e deve ser evitado:

“Antes de tudo, quando ocorre o trauma (vivência de dor) em uma época em que já existe um eu — os primeiros deles escapam completamente ao eu — ocorre uma liberação de desprazer, mas, ao mesmo tempo, o eu também está ativo para criar ocupações laterais. Se a ocupação de recordação se repetir, também se repete o desprazer, só que também as facilitações do eu já existentes, e a experiência mostra que, em uma se-

gunda vez, a liberação diminui, até que, em uma repetição posterior, a intensidade se reduz a um sinal aceitável para o eu.” (FREUD, 1895/1987, p.450, grifos nossos)

Assim, na primeira parte do *Projeto*, Freud descreve a vivência de dor com suas conseqüências e estabelece que, a partir de certo momento, o eu passa a inibir a ocupação da representação do objeto hostil e, na terceira parte do texto, ele procura esclarecer como isso poderia ocorrer. Tratar-se-ia de um processo gradual e, até que este estivesse completo, não seria possível evitar a sua ocupação. Encontra-se admitido, portanto, no *Projeto*, a hipótese de que há processos primários no aparelho que fazem retornar representações que, mesmo em sua origem, foram desprazerosas. Dito de outro modo, há, nesse texto, claramente formulada, a idéia de um processo repetitivo que continua ocorrendo enquanto as representações ainda não foram ligadas. Mas em que sentido esse processo estaria “para além do princípio do prazer”?

### O PRINCÍPIO DO PRAZER

Estritamente falando, Freud não se refere, no *Projeto*, a um “princípio do prazer”: ele introduz, de início, o “princípio de inércia” e, adiante, diz tão-somente que “está tentado” a identificar a tendência da vida psíquica a evitar o desprazer com a tendência à inércia. Se essa identificação se mantém, então teríamos que reconhecer que o funcionamento repetitivo que antecede a ligação da representação não está para além do princípio do prazer. O princípio de inércia, em sua forma originária, aspiraria a libertar-se da quantidade pela via mais direta possível; assim, a quantidade sempre tramitaria pelo caminho mais bem facilitado. Este, contudo, em algumas ocasiões, poderia acabar levando ao desprazer, como é o caso das primeiras alucinações de desejo e das primeiras ocupações do objeto. Mas, mesmo nesses casos, o processo associativo estaria sendo guiado pelo princípio de inércia, justamente o que conduz a essas conseqüências. Como esse processo acaba levando ao desprazer, dá-se uma mudança nessa tendência originária. Primeiramente, o aparelho aprende — ou seja, é condicionado pela primeira regra biológica — a não ocupar com tanta intensidade as representações associadas à *vivência de satisfação*, o que tem como conseqüência o armazenamento de um certo nível de quantidade, substituindo-se com isso a tendência primária à inércia pela tendência à constância. Mas, mesmo depois de estabelecida essa modificação, ainda continuariam a ocorrer processos primários relacionados à *vivência de dor*, enquanto as recordações hostis permanecessem, como diz Freud, “indomadas”.

Deste modo, o processo repetitivo descrito no *Projeto* não estaria para além da tendência a evitar o desprazer, se consideramos que esta pode ser identificada ao princípio de inércia. Mas a noção de princípio do prazer é cabalmente formula-

da, de fato, apenas no capítulo 7 de *A interpretação dos sonhos*; portanto, é em relação a essa formulação que devemos buscar compreender a hipótese de que haveria um funcionamento que antecederia aquele regido pelo princípio do prazer. Embora não fale textualmente aí em um “princípio de inércia” e nem em uma “tendência à constância”, Freud parece manter hipóteses muito semelhantes às do *Projeto*. Na seção C, ele afirma que:

“(…) o aparelho seguiu primeiramente o empenho de se manter o mais possível livre de estímulos e por isso assumiu, em sua primeira construção, o esquema do aparelho reflexo, que lhe permitia eliminar prontamente, por vias motoras, uma excitação sensível que o alcançasse a partir do exterior. Mas a urgência da vida (*Not des Lebens*) perturba essa função simples (...).” (FREUD, 1900/1982, p.538)

Haveria, então, uma tendência inicial a descarregar a excitação pela via reflexa, a qual seria modificada pela necessidade de fazer cessar a estimulação endógena, tal como fora proposto em 1895. Mas apenas na seção E, Freud fala em um “princípio do desprazer”. Em primeiro lugar, ele diz que o decurso da excitação dentro do aparelho psíquico é regulado automaticamente pelas percepções de prazer e desprazer; mais adiante, ele afirma que há um “princípio do desprazer” que exerce essa regulação. O processo primário — que corresponderia ao sistema inconsciente — seria aquele regulado exclusivamente pelo princípio do desprazer. Devido à necessidade de lidar com as excitações endógenas, surgiria um segundo tipo de funcionamento, o processo secundário, que corresponderia topicamente ao sistema pré-consciente. O processo primário, assim como no *Projeto*, seria o processo dirigido para a livre descarga, nele a excitação se encontraria em estado “livre”, ao passo que no processo secundário a excitação se encontraria em “estado ligado”. Freud volta a mencionar o que, no *Projeto*, fora chamado de vivência de dor, com o objetivo de esclarecer a regulação que o princípio do desprazer exerceria sobre o processo secundário. De início, ele retoma as mesmas hipóteses do *Projeto*:

“Suponha-se que sobre o aparelho primitivo atue um estímulo perceptivo que seja a fonte de uma excitação de dor. Seguir-se-ão exteriorizações motoras desordenadas até que uma delas livre o aparelho da percepção e, ao mesmo tempo, da dor, e esta será repetida imediatamente a cada reaparição da percepção (algo assim como um movimento de fuga), até que a percepção desapareça outra vez. Mas aqui não restaria nenhuma inclinação para reocupar (*wiederzubesetzen*), alucinatoriamente ou de outra maneira, a percepção da fonte de dor. Pelo contrário, persistiria no aparelho primário a inclinação para abandonar a imagem mnêmica penosa, assim que ela fosse, de algum modo, evocada, porque o transbordar de sua excitação até a percepção provo-



caria desprazer (mais exatamente, começaria a provocá-lo).” (FREUD, 1900/1982, p.569-70)

Como se vê, no capítulo 7 — assim como, depois, nos artigos metapsicológicos —, não é mais mencionada a hipótese de que, como conseqüência da vivência de dor, surgiria um funcionamento primário no aparelho que produziria afeto e defesa automática excessiva, o qual seria modificado pouco a pouco a partir de repetidas tentativas de ligar a excitação que ocupasse as representações hostis. Desaparece, assim, a idéia de que há um tipo de funcionamento primário no aparelho que conduz à reativação de representações desprazerosas, um funcionamento que não pode ser evitado enquanto as representações não sejam ligadas. Parece estar implicitamente presente a idéia de que mesmo os processos psíquicos primários possuiriam desde o início a capacidade de inibir a ocupação de representações que conduzem ao desprazer, seja qual for a sua origem. Portanto, aquilo que seria, no *Projeto*, uma aquisição secundária no modo de tratar as conseqüências da vivência de dor, passa a ser, no capítulo 7, algo que faz parte do funcionamento psíquico desde sua origem. Isso se torna mais claro com a conclusão a que Freud chega logo em seguida: “Em conseqüência do princípio de desprazer, o primeiro sistema *psi* é assim totalmente incapaz de incluir algo desagradável na concatenação do pensamento. O sistema não pode fazer outra coisa a não ser desejar” (FREUD, 1900/1982, p.570).

No processo primário descrito no capítulo 7, parece que as representações relacionadas à vivência de dor seriam completa e espontaneamente excluídas dos processos associativos; não se fala mais da fase em que as representações permaneceriam “indomadas” e do esforço necessário para ligá-las. O processo secundário, ao contrário dos primários, poderia incluir representações desprazerosas entre suas associações, pois tal sistema, diz Freud, “ocupa uma recordação de tal forma que inibe o escoamento a partir dela e, portanto, também o escoamento — comparável a uma inervação motora — em direção ao desenvolvimento de desprazer” (FREUD, 1900/1982, p.570). A situação, portanto, é a seguinte: haveria um funcionamento primário do qual estariam excluídas, por definição, todas as representações desprazerosas; e haveria um funcionamento secundário que poderia ter acesso a elas, pois sua forma de ocupação (*Besetzung*) inibiria a liberação de desprazer. Esse processo primário, segundo Freud, seria regulado exclusivamente pelo princípio de desprazer; já no processo secundário, o princípio reitor consistiria em uma modificação do princípio de desprazer, que será chamada, em 1911, de “princípio de realidade”, quando então o primeiro passa enfim a ser denominado “princípio do prazer”. Assim, daí em diante, um funcionamento regido exclusivamente pelo princípio do desprazer é, um funcionamento no qual, desde o início, a reocupação de representações que conduzem à

liberação de desprazer pode ser evitada, de forma que estas fiquem excluídas do curso do processo associativo. Contudo, é difícil pensar como isso seria possível, tendo em vista o funcionamento do aparelho descrito no *Projeto*, que não parece ter-se modificado aqui quanto à relação entre processo primário e quantidade em estado livre, por um lado, e entre processo secundário e o estado ligado, por outro. Como conciliar, nesse contexto, a idéia de quantidade em estado livre e a possibilidade de evitar caminhos mais facilitados? Freud, porém, não toca nessas questões.

Com relação a esse ponto, tudo se passa como se apenas as conseqüências da vivência de satisfação fossem mantidas na teoria nesse momento: Freud deixa de lado as conseqüências iniciais e os processos primários relativos à vivência de dor. Só o processo primário relacionado à vivência de satisfação parecer ser explicitamente considerado: o processo primário do capítulo 7, diferentemente daquele do *Projeto*, não “pode fazer outra coisa a não ser desejar”. É como se apenas a vivência de satisfação fosse mantida como a vivência originária na estruturação dos processos do aparelho. É contra esse pano de fundo que podemos considerar o tipo de funcionamento mental que Freud propõe, em 1920, como estando “além do princípio do prazer”.

### O “ALÉM” DO PRINCÍPIO DO PRAZER

Freud inicia o texto de 1920, recapitulando suas hipóteses sobre o princípio do prazer e retoma esta noção e a de processo primário, tal como estas haviam sido formuladas no capítulo 7:

“Sabemos que o princípio do prazer é próprio de um modo de trabalho *primário* do aparelho psíquico, que é desde o início inapto e ainda perigoso em alto grau para a autopreservação do organismo em meio às dificuldades do mundo exterior. Sob a influência das pulsões de autoconservação do eu, ele é substituído pelo *princípio de realidade*, que, sem renunciar ao propósito de uma obtenção final de prazer, no entanto exige e consegue o adiamento da satisfação, a desistência de diversas possibilidades de alcançá-la e a tolerância temporária do desprazer no longo rodeio para o prazer.” (FREUD, 1920/1982, p.219-20, grifos do autor)

A seguir, Freud levanta a questão da legitimidade de se supor que o princípio do prazer rege soberano todos os processos psíquicos. Alguns processos, argumenta ele, como é ilustrado pelo exemplo dos sintomas neuróticos, acabam gerando desprazer, mas trata-se, nesses casos, de uma busca de satisfação por parte do inconsciente, que resulta em algo desprazeroso para o pré-consciente. Há também o desprazer que o processo secundário aprende a tolerar, em obediência ao princípio de realidade, na espera por uma satisfação real e, ainda, o que Freud

denomina “desprazer de percepção”, que se origina quer da percepção de uma insatisfação pulsional, quer de um objeto externo penoso ou sentido como perigoso. Esses casos não contradizem o império do princípio do prazer, mas, entre os fatos mencionados, há alguns que talvez forneçam novos dados: “a investigação da reação psíquica diante do perigo exterior pode fornecer novo material e colocar novas questões sobre o problema aqui tratado” (FREUD, 1920/1982, p.221), diz ele no fim da primeira parte do texto, reconhecendo que a reação do aparelho frente a um perigo externo talvez imponha uma modificação à hipótese de que o princípio do prazer governa todos os processos psíquicos. Freud acaba concluindo, no fim da terceira parte desse trabalho, que é legítimo supor a existência de um funcionamento que antecede a vigência do princípio do prazer e que é condição para que este passe a vigorar.

Ele menciona, em primeiro lugar, o caso dos sonhos nas neuroses traumáticas; esses sonhos reconduzem o enfermo à situação traumática, fazendo-os despertar aterrorizados. A única maneira de conciliá-los com a hipótese de que todo sonho é uma realização de desejo seria atribuindo-os a “enigmáticas tendências masoquistas do eu” (FREUD, 1920/1982, p.224). Ao contrário dos sonhos de angústia, não parece ser possível, de outra forma, conciliar os sonhos traumáticos com a meta universal da realização de desejo. Sem tirar mais conclusões dessa observação, Freud passa a discorrer a respeito dos jogos infantis. As crianças repetem nesses jogos inúmeras situações por elas vivenciadas, algumas das quais — como no caso da célebre brincadeira do carretel aí descrita — podem consistir em experiências desprazerosas. Freud, então, levanta a questão: “Fica-se assim na dúvida de se o ímpeto de elaborar psiquicamente algo impressionante, de se apossar totalmente disso, pode exteriorizar-se de maneira primária e independente do princípio do prazer?” (FREUD, 1920/1982, p.226).

A resposta oferecida nesse momento é de que apenas com base no estudo dos jogos infantis não é ainda possível sustentar essa conclusão, uma vez que, mesmo sob a égide do princípio do prazer, há meios suficientes para converter em objeto de recordação e elaboração psíquica o que é, em si mesmo, desprazeroso. Assim, mesmo os jogos infantis que repetem situações desagradáveis poderiam ser pensados como estando sob o domínio do princípio do prazer: a repetição dessas experiências desprazerosas pode ser vista, por exemplo, como uma tentativa de se apoderar da situação, de vivenciar de forma ativa algo que antes foi vivenciado de forma passiva. Nesse ponto, Freud volta-se, então, para o fenômeno da transferência.

Ao falar a respeito da transferência, ele usa pela primeira vez o termo compulsão à repetição (*Wiederholungszwang*): experiências reprimidas, das quais o enfermo não se pode recordar, acabam sendo repetidas como vivências atuais na situação analítica, após a repressão ter sido um pouco atenuada. Assim, a compulsão à

repetição que se manifesta como transferência é de início apresentada como uma manifestação do reprimido inconsciente. A repressão, assim como a resistência que depois se opõe ao retorno do reprimido, é uma operação executada pelo eu. Tanto a repressão como a resistência podem ser compreendidas como estando a serviço do princípio do prazer: elas têm como finalidade evitar o desprazer que seria despertado se as representações reprimidas fossem liberadas e tivessem acesso à consciência. Portanto, a oposição à recordação, levada a cabo pela resistência, parece estar totalmente a serviço do princípio do prazer. Mas e a compulsão à repetição, pergunta-se Freud, é possível conciliá-la com tal princípio?

Segundo ele, algumas repetições transferenciais seriam facilmente conciliáveis com o princípio do prazer, a saber, aquelas cuja satisfação representa um prazer para o sistema inconsciente e, ao mesmo tempo, um desprazer para o pré-consciente; mas haveria outras que não podem ser compreendidas dessa forma:

“O fato novo e digno de nota que nós agora temos que descrever é que a compulsão de repetição também traz de volta aquelas vivências do passado que não contêm nenhuma possibilidade de prazer, que tampouco naquele tempo puderam trazer satisfações, nem mesmo das moções pulsionais desde então reprimidas.” (FREUD, 1920/1982, p.230)

Os neuróticos repetem assim experiências afetivas que, mesmo quando ocorreram, produziram desprazer. Trata-se de pulsões que estavam destinadas a conduzir à satisfação, mas cuja ação produziu apenas desprazer, diz Freud. Apesar de tais experiências terem fracassado em sua meta original, uma compulsão impõe sua repetição. Além disso, a mesma compulsão à repetição dos neuróticos pode ser encontrada na vida de pessoas normais, nos fenômenos chamados por Freud de “compulsão de destino”. Esses dois fenômenos parecem tornar legítima a suposição de que existe na vida psíquica uma compulsão à repetição, que opera para além do princípio do prazer:

“Em vista dessas observações feitas a partir do comportamento na transferência e a partir do destino dos seres humanos, devemos ter coragem de supor que existe realmente na vida psíquica uma compulsão à repetição que se sobrepõe ao princípio do prazer. Nós também nos inclinaremos agora a relacionarmos a essa compulsão os sonhos dos que padecem de neurose traumática e o impulso para o jogo da criança.” (FREUD, 1920/1982, p.232)

Deste modo, após mencionar os sonhos traumáticos e os jogos infantis, sem extrair deles a conclusão de que é possível supor um funcionamento independente do princípio do prazer, Freud chega a dois fenômenos que parecem tornar

legítima tal suposição e permitem reinterpretar retroativamente aqueles considerados em primeiro lugar. Na verdade, como observa Monzani (1981, p.155), nenhum desses fenômenos tomados de forma isolada permite a introdução desse “além do princípio do prazer”, mas apenas o arranjo formado por eles e o modo como colaboram na justificação dessa hipótese.

Apenas em raros casos, argumenta Freud, a compulsão à repetição se manifestaria em estado puro, sem a interferência de outros motivos. Na maior parte dos casos, satisfação pulsional (no sentido de obtenção de prazer) e compulsão à repetição estariam em íntima relação. O caso menos duvidoso, observa Freud, é o do sonho traumático. Mas, mesmo nos demais fenômenos, diz ele, há muitas coisas não explicadas que tornam legítima a introdução dessa nova hipótese e “resta o suficiente para justificar a hipótese da compulsão à repetição, e esta nos parece mais originária, mais elementar, mais pulsional que o princípio do prazer que é por ela afastado” (FREUD, 1920/1982, p.233). Uma vez estabelecido que há uma compulsão de repetição que estaria para além do princípio do prazer, Freud aponta para a necessidade de esclarecer qual seria a função dessa compulsão, em que condições ela aflora e que relação há entre ela e o princípio do prazer.

É ao pensar sobre como o aparelho psíquico pode reagir à irrupção de excitações muito intensas (o “trauma psíquico”) que Freud pensa ter encontrado uma resposta para essas questões. Com a noção de trauma de 1920, Freud está, em muitos aspectos, retomando a de vivência de dor do *Projeto*. O trauma resultaria da falha dos mecanismos destinados a proteger o aparelho de excitações muito intensas; nesse caso, não seria mais possível evitar que este fosse inundado por grandes volumes de estímulo e, nessas condições, sua tarefa mais urgente passaria a ser “dominar o estímulo, ligar psiquicamente as magnitudes de estímulo que irromperam, para conduzi-los então à sua tramitação” (FREUD, 1920/1982, p.239). O trauma passa a ser pensado como a ruptura da proteção antiestímulo do aparelho em um ponto específico. Diante do desprazer resultante, seria produzida uma enorme contra-ocupação (*Gegenbesetzung*), na qual se empenhariam excitações oriundas dos outros sistemas, tendo como resultado um rebaixamento geral de todas as operações psíquicas; tal contra-ocupação teria como objetivo “ligar” a excitação que produz desprazer. Resta saber se essa operação que designa como “ligação” (*Bindung*) continua sendo pensada por Freud da mesma forma que no *Projeto*. A seguinte afirmação parece indicar que sim: “Talvez possamos dar margem à suposição de que a ‘ligação’ da energia que aflui para dentro do aparelho psíquico consiste em um traslado do estado livremente fluente até o estado de repouso” (FREUD, 1920/1982, p.241).

Mediante essas considerações, Freud pode responder à questão a respeito da função da atividade psíquica regida pela compulsão à repetição e da relação deste funcionamento com aquele regido pelo princípio do prazer. Para que este último

possa iniciar seu domínio, haveria uma tarefa prévia a ser realizada: transpor a excitação do estado livre para estado ligado, ou seja, dominá-la, submetê-la a um outro regime de funcionamento e de circulação. Os processos regidos pela compulsão à repetição teriam, assim, a função de ligar a excitação; só após essa ligação, o princípio do prazer poderia passar a vigorar. Com isso, Freud pensa chegar a “uma perspectiva sobre uma função do aparelho psíquico que, sem contradizer o princípio do prazer, é contudo independente dele e parece mais originária que o propósito de obter prazer e evitar desprazer” (FREUD, 1920/1982, p.242). Com relação ao sonho, ele conclui, então, que a realização de desejo é a função do sonho sob o domínio do princípio do prazer e que, se há um funcionamento que o antecede e é dele independente, deve haver, por conseguinte, também sonhos regidos por esse funcionamento prévio, isto é, sonhos que visam adquirir controle sobre estímulos e representações. Enquanto as representações permanecessem “indomadas”, não seria possível evitar sua ocupação, mesmo que esta levasse ao desprazer; apenas após terem suas excitações ligadas, essa ocupação poderia ser inibida, e a ligação só seria possível após repetidas tentativas. Voltamos, portanto, às idéias que constam na terceira parte do *Projeto*, conforme foi revisado aqui.

Os fenômenos que levaram Freud a concluir que é necessário supor um funcionamento que antecede o princípio do prazer são principalmente aqueles que retomam situações que, mesmo em sua origem, foram desprazerosas. Freud retorna, assim, ao que, no *Projeto*, fora descrito no âmbito da série de conseqüências da vivência de dor, justamente ao que havia sido deixado de lado do capítulo 7 em diante. No *Projeto*, estava formulada de modo claro a idéia de que a reocupação das representações hostis e a liberação de desprazer decorrente não podiam ser evitadas enquanto o eu não adquirisse domínio sobre essas representações, isto é, enquanto sua quantidade não fosse ligada, domínio que seria obtido apenas após sucessivas tentativas por parte do eu. É exatamente esse processo intercalado entre a vivência de dor e a possibilidade de inibir a ocupação das representações hostis que havia sido deixado de lado a partir do capítulo 7 e que agora é retomado em *Além do princípio do prazer*, esclarecendo qual pode ser a função de um processo que anteceda o princípio do prazer.

O conceito de processo primário, com isso, volta ser pensado como no *Projeto*. Desde o capítulo 7, o processo primário seria regido exclusivamente pelo princípio do prazer e isso significava que ele seria incapaz de incluir entre suas associações representações desprazerosas; essa capacidade surgiria somente no processo secundário. Com o princípio do prazer assim concebido, é preciso de fato admitir que o funcionamento regido pela compulsão à repetição se situa “além” dele, mas não se ele fosse identificado com o princípio de inércia do *Projeto*, isto é, se por princípio do prazer se entendesse a tendência do aparelho a descarregar

sua excitação da forma mais direta possível. No capítulo 7, Freud deixara claro que apenas a vivência de satisfação e suas conseqüências estavam sendo consideradas na teoria do aparelho psíquico: “uma operação do sistema Icc é tal que não conhece nenhuma outra meta em seu trabalho que a realização de desejo, nem dispõe de nenhuma outra forças além das moções de desejo” (FREUD, 1900/1982, p.541). Não havia mais, portanto, como conceber processos primários que levassem à produção de afeto, uma vez que a vivência de dor e suas conseqüências tinham sido postas de lado nesse momento da teoria para serem retomadas apenas a partir 1920.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Monzani (1989) argumenta que, com a introdução do conceito de pulsão de morte, Freud explicita algo que, desde o *Projeto de uma psicologia* (1895) e ao longo de toda sua obra, esteve presente de forma implícita na teoria: ao introduzir essa noção em *Além do princípio do prazer*, ele teria apenas conferido um direito de cidadania manifesto a algo que sempre esteve presente ali. Como vimos, ao introduzir a noção de compulsão à repetição, Freud tampouco está propondo uma idéia totalmente nova, mas sim retomando certas hipóteses iniciais que haviam sido deixadas de lado a partir do capítulo 7. Com isso, não se pretende decerto sugerir que *Além do princípio do prazer* apenas repete e explicita hipóteses que estavam presentes já no *Projeto* e em outros textos metapsicológicos anteriores. Como nos adverte o próprio Monzani, vários conceitos novos são introduzidos, e a reformulação da teoria que Freud empreende nesse momento, e que acaba culminando no texto de 1920 e em *O eu e o isso* (1923), foi impulsionada, sobretudo, por novas problemas e evidências surgidas ao longo desse período.

Mas, ainda assim, talvez seja plausível pensarmos que a reformulação da teoria que se faz necessária e que Freud empreende nos anos 1920, em medida considerável o leva a retomar um conjunto de hipóteses iniciais, que estavam presentes no *Projeto*, mas que não foram desenvolvidas, até esse momento, nas etapas intermediárias. Os passos à frente de Freud, ao mesmo tempo, o levariam, em certo sentido, para trás. Poderíamos, nesses termos, concluir então que, ao introduzir a noção de compulsão à repetição em 1920, Freud retorna às hipóteses do *Projeto* e que esse retorno o leva para além do princípio do prazer apenas no sentido em que este é pensado no capítulo 7 de *A interpretação dos sonhos*. O passo além de Freud seria, nesse caso, um retorno às origens da metapsicologia, e o *Além do princípio do prazer* consistiria num trabalho em que certas teses do *Projeto*, até então apenas subentendidas nos desenvolvimentos posteriores, começariam a retornar à letra da teorização freudiana. Esse é um aspecto do movimento do pensamento de Freud que pode passar facilmente despercebido. Muitos comentadores rigorosos do texto de Freud, mesmo aqueles que empreendem

uma análise sistemática de *Além do princípio do prazer*, nem sempre o levaram em conta. Por exemplo:

“Muito cedo, Freud observou o caráter de repetição dos comportamentos patológicos. Agora, no entanto, dirige, em primeiro lugar a atenção expressamente para esses fenômenos que, até então, tinham sido considerados de forma casual e interroga-se sobre sua compatibilidade com o princípio de prazer. A ligação dos processos psíquicos primários com o motivo de prazer da realização de desejo — antes válida sempre como algo evidente, como pressuposto sem necessidade de mais fundamentação — é pela primeira vez questionada.” (KIMMERLE, 2000, p.44, grifos nossos)

Gabbi Jr. (2000, p.xiii), em sua introdução ao texto citado, não deixa de apontar como Kimmerle não leva em conta a vivência de dor do *Projeto* em sua análise do texto de 1920.

Quais teriam sido as razões que levaram Freud a abandonar provisoriamente algumas de suas convicções iniciais para retomá-las apenas bem mais tarde? Essa é uma questão que diz respeito ao movimento geral de construção da obra freudiana e só poderá ser a florada aqui. Duas ordens de razões podem ser apontadas e dizem respeito ao que ocorre com as formulações metapsicológicas de Freud na passagem do *Projeto* para *A interpretação dos sonhos*. Em primeiro lugar, o fundamento metapsicológico da teoria freudiana das neuroses é fortemente redefinido pela constatação de que o reprimido consiste em essência de fantasias sexuais infantis (o famoso abandono da teoria da sedução): essa nova orientação das hipóteses etiológicas de Freud retira a vivência de dor descrita no *Projeto* da sua condição de modelo normal do trauma neurótico, coloca a repressão do desejo (a conseqüência psíquica, lembremos, da vivência de satisfação e não da de dor) na origem tanto dos processos patológicos quanto dos normais (cujo paradigma é o sonho) e permite assim a unificação do campo da explicação psicanalítica, pretendida, mas não realizada, no *Projeto*. A partir de 1900, fica estabelecido que o desejo, e não o trauma, é a fonte de todas as motivações psíquicas, normais ou patológicas. Por outro lado, pode-se constatar que o modelo do aparelho psíquico do capítulo 7 se caracteriza por uma forte restrição da problemática abordada em 1895. Tudo se passa como se Freud, diante da impossibilidade de tratar adequadamente a imensa gama de questões levantadas no *Projeto*, tenha-se concentrado um setor reduzido das mesmas e procurado fornecer deste uma abordagem capaz de aprofundar aqueles tópicos cujo desenvolvimento contemplava os problemas mais urgentes da teoria (a múltipla inscrição da memória, o problema da repressão do desejo, a relação da linguagem com os processos secundários, para citar apenas alguns). Desaparecem, assim, da estrutura do aparelho neuronal instâncias que eram absolutamente decisivas para o esquema



montado em 1895, das quais cabe destacar o eu e o núcleo do sistema *psi*, que ali correspondia à instância pulsional do aparelho. De fato, se o aparelho de 1900 passa a ser “psíquico” e não mais “neuronal”, é porque a tópica do capítulo 7 preserva apenas o sistema *psi* do manto do esquema de 1895, justamente aquela em que ocorrem os processos psíquicos resultantes da recepção de estímulos externos. O núcleo e o eu desaparecem da tópica e, embora Freud continue a falar de um sistema de percepção e de consciência (*phi* e *ômega*, no *Projeto*), estes não são mais representados de maneira explícita na estrutura espacial do aparelho: tornam-se “limites” ou “pólos” do mesmo, mas não instâncias propriamente ditas. A pulsão e o eu apenas retornarão ao primeiro plano da reflexão metapsicológica na esteira dos desenvolvimentos mais importantes do período entre 1900 e 1920: a teoria da sexualidade, da qual o conceito de pulsão constitui a expressão metapsicológica mais significativa, e a teoria do narcisismo, que torna inadiável a elaboração teórica do conceito de eu e precipita a revisão da primeira dualidade pulsional que culminará em 1920, em cujo contexto reaparece a noção de compulsão à repetição, como se procurou mostrar aqui. Assim, o conceito de compulsão à repetição, que demarca o “além do princípio do prazer” que Freud quer aí estabelecer, exprime tanto a necessidade do mental de assimilar em si a ação traumática do mundo externo, quanto o que há de mais essencial na atividade da pulsão (cf. GARCIA-ROZA, 1986/1993). Freud não só estabelece o vínculo entre pulsão e repetição, como aproxima a ambas da noção de inércia, peça-chave da teoria exposta no *Projeto*:

“Uma pulsão seria portanto um ímpeto, inerente ao orgânico vivo, para a reprodução de um estado anterior que o ser vivo teve que abandonar sob a influência de forças perturbadoras externas, um tipo de elasticidade orgânica ou, se se quiser, a exteriorização da inércia na vida orgânica.” (FREUD, 1920, p.36, grifos nossos)

É assim compreensível que o conceito de repetição só possa ser explicitamente reincorporado à teoria no momento em que todas essas noções foram de novo trazidas para o centro das preocupações metapsicológicas freudianas. Compreendida dessa maneira, a compulsão à repetição parece ilustrar de modo exemplar esse movimento do pensamento de Freud que, a partir de 1920, como que fecha um ciclo e retoma — em um outro nível de elaboração conceitual, com certeza — noções que estiveram presentes no momento mesmo do nascimento da metapsicologia.

Recebido em 23/3/2006. Aprovado em 27/4/2006.

## REFERÊNCIAS

- FREUD, S. (1987) *Gesammelte Werke*. Frankfurt : Fischer Verlag.  
(1895) “Entwurf einer Psychologie”, Nachtragsband, p.387-477.  
FREUD, S. (1982) *Studienausgabe*. Frankfurt: Fischer.  
(1900) “Die Traumdeutung”, v. 2, 698 p.  
(1911) “Formulierungen über die zwei Prinzipien des psychischen Geschehens”, v.3, p.13- 24.  
(1920) “Jenseits des Lustprinzips”, v.3, p.213-272.  
GABBI JR., O. F. (2000) “Notas sobre mecanicismo e teleologia: a pulsão de morte”, in KIMMERLE, G. *Denegação e retorno: uma leitura metodológica de “Para além do princípio de prazer” de Freud*. Piracicaba: Editora da Unimep.  
GARCIA-ROZA, L. A. (1986/1993) *Acaso e repetição em psicanálise: uma introdução à teoria das pulsões*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.  
KIMMERLE, G. (2000) *Denegação e retorno: uma leitura metodológica de “Para além do princípio de prazer” de Freud*. Piracicaba: Editora da Unimep.  
MONZANI, L. R. (1989) *Freud: o movimento de um pensamento*. Campinas: Editora da Unicamp.

Fátima Caropreso  
fatimacaropreso@uol.com.br

Richard Theisen Simanke  
drts@power.ufscar.br